

MOÇAMBIQUE: O EXTREMISMO VIOLENTO E O TERRORISMO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Ercilio Neves Brandão Langa¹



Introdução

O artigo analisa o terrorismo na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique e tem como objetivo compreender o conflito, examinar o processo de radicalização dos jovens moçambicanos e verificar as causas usando de categorias e tipologias. Por que razão a Província de Cabo Delgado se tornou o mais novo epicentro do extremismo religioso violento e terrorismo na África Subsaariana? Esta é a pergunta que norteia o artigo. O extremismo violento e o terrorismo constituem desafios para a segurança humana e o desenvolvimento socioeconômico do continente africano.

Relatórios e estudos apontam que o continente africano, particularmente a região Subsaariana, vem se tornando o epicentro do terrorismo no mundo, com destaque para emergência de grupos extremistas islâmicos nos Estados do Sahel como Burquina-Faso, Mali, Mauritânia e Níger. Na África Ocidental, a Nigéria é alvo dos terroristas do Boko Haram sediados em Borno, no noroeste do país, que se expandiu para os vizinhos Níger e Camarões. Na região Oriental, a Somália vivencia uma guerra-civil há mais de trinta e três anos e enfrenta o Al-Shabaab somali desde o início do século XXI, que vem alastrando seus tentáculos para Estados vizinhos como Etiópia, Eritreia e Quênia (González 2020).

¹ Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, Brasil. E-mail: ercilio.langa@unilab.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8537-0996>.

Na África Austral, Moçambique vem enfrentando o extremismo violento desde 2017, na Província setentrional de Cabo Delgado, embora a radicalização e o extremismo religioso tenham sido reportados desde 2010. Os ataques terroristas são protagonizados pelo grupo islamita Al-Shabaab, constituído majoritariamente por jovens moçambicanos e uma minoria de estrangeiros oriundos da região central e oriental da África. O extremismo violento e o terrorismo na Província de Cabo Delgado constituem um conflito intraestatal internacionalizado violento, que envolve jovens jihadistas e o Estado moçambicano. Desde o início do conflito há relatos da presença de um número reduzido de jihadistas internacionais combatendo nas matas de Cabo Delgado, oriundos da região Central e Oriental da África como República Democrática do Congo (RDC), Uganda, Burundi, Somália e Tanzânia, bem como oriundos de Estados do Médio Oriente como Arábia Saudita, Qatar e Irã. Desses Estados viriam os ideólogos, clérigos e financiadores do movimento jihadista.

A Província de Cabo Delgado e seus distritos constituem a região mais rica do país em recursos naturais, minerais e energéticos de Moçambique. Possuindo densas florestas, fauna, grandes jazidas de minerais e pedras preciosas, rubis, turmalinas, ouro, grafite, lítio, areias pesadas, minerais críticos etc., e umas das maiores reservas de petróleo e gás da África. Nesta província estão localizados os médios e megaprojetos de extração e exploração desses recursos por empresas nacionais e multinacionais ocidentais e chinesas. Paradoxalmente é a província mais empobrecida de Moçambique, com baixos índices de desenvolvimento econômico, social e humano.

Diante da ineficácia das forças de defesa e segurança (FDS) – constituídas por diferentes unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM) e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) – em combater o terrorismo, entre 2019 e 2020, o Governo do Presidente Felipe Nyusi enviou corporações militares privadas (CMPs) para o conflito. Primeiro os russos do Grupo Wagner, em seguida os britânicos do grupo Paramount, e por último os zimbabueanos e sul-africanos do *Dyck Advisory Group (DAG)* (Coloma 2020; International Crisis Group 2021). Com o fracasso das CMPs no terreno, a partir de março de 2021, o Estado moçambicano passou a contar com o apoio de tropas de Ruanda e da *Southern African Development Community Mission in Mozambique (SAMIM)*, estacionadas em Cabo Delgado para ajudar as FDS no combate ao terrorismo².

2 Em língua portuguesa, Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique.

Distintos autores e grupos têm analisado as origens, causas e consequências do extremismo violento e do terrorismo em Moçambique. Os ataques terroristas constituem o maior fenômeno militar em Moçambique, desde o fim da guerra-civil em 1992. Até 2023, o terrorismo havia causado a destruição de infraestruturas socioeconômicas, casas, milhares de mortos, feridos, mutilados e deslocamento forçados de populações para longe das suas casas e zonas de origem, para além dos da violência e traumas em homens, mulheres e crianças. Assim, busca-se entender o terrorismo em Moçambique a partir de tipologias e categorias da análise de conflitos, bem como de noções como extremismo violento, privação relativa, novas guerras, etc.

Teoria

Para compreender o extremismo violento e o terrorismo em Cabo Delgado mobilizou-se teorias do conflito, a partir de perspectivas de Samuel Huntington, Mary Kaldor e Ted Gurr. Na teoria do choque de civilizações, Huntington (1997) afirmou que com o fim da Guerra-Fria e a desintegração da URSS e seu bloco, não teríamos mais os grandes embates ideológicos que caracterizaram o conflito bipolar entre o lado capitalista e o lado socialista. Mas sim disputas culturais e religiosas, pequenas guerras de forma irregular entre diferentes grupos, geralmente de caráter étnico, identitário e religioso. Para Huntington (1997), o paradigma dominante explicado por Fukuyama (1992) pressupunha que o término da Guerra Fria representava o fim dos conflitos significativos na política global e o surgimento de um mundo relativamente harmônico caracterizado pelo “fim da História”.

Na ótica de Fukuyama (1992), o mundo pós Guerra-Fria representava o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como auge do governo humano. Sem dúvida, poderiam ocorrer conflitos em lugares do Terceiro Mundo, mas o conflito global estava terminado e não apenas na Europa. A guerra de ideias no mundo não-europeu, na União Soviética e na China havia terminado. Embora existam Estados que acreditam no marxismo-leninismo, de modo geral, a democracia liberal triunfou. Huntington (1997) defendia que o mundo pós-Guerra Fria seria um mundo constituído por sete ou oito civilizações principais: ocidental, islâmica, confucionista, hindu, budista, ortodoxa, latino-americana, subsaariana e nipônica. Essas civilizações corresponderiam às regiões geográficas, culturais e religiosas onde se localizam. Tais civilizações representariam identidades e os choques entre elas estariam na origem dos principais conflitos internacionais no século XXI.

O conflito em Cabo Delgado aproxima-se do fenômeno que Mary Kaldor (2012) designa de “novas guerras”, conceito influenciado pela perspectiva do choque de civilizações de Huntington (1997). De acordo com Kaldor (2012), os conflitos contemporâneos se dão de forma diferente, com novas táticas e estratégias de guerra sendo empregadas. As velhas guerras ou guerras convencionais aconteciam entre dois ou mais Estados, com uso de aparato militar mais tradicional com forças armadas, combates regulares e exércitos convencionais se enfrentando, geralmente com objetivo de conquista de territórios ou de forçar a mudança ideológica. Contudo, a guerra convencional não é mais suficiente para explicar os conflitos contemporâneos, caracterizados por novas formas de enfrentamentos, táticas irregulares e estratégias diferentes (Kaldor 2012; 2013). Assim, a autora propõe o termo novas guerras como uma perspectiva hermenêutica que explica os conflitos atuais.

Kaldor (2013) argumenta que no século XXI, a violência organizada é diferente das guerras do século XX. As guerras são travadas por combinações de redes estatais e não-estatais como forças armadas regulares, empresas de segurança privada, mercenários, jihadistas, senhores da guerra, paramilitares etc. São travadas em nome da identidade étnica, religiosa ou tribal. Nas novas guerras, a violência é amplamente dirigida contra civis, como forma de controlar o território e não contra as forças inimigas. Banditismo, estupro, sequestro de mulheres, deslocamentos forçados das populações, massacres e atrocidades contra civis são armas comuns nas novas guerras.

O financiamento das novas guerras muitas vezes é proveniente de grupos privados, pilhagem, cobrança de taxas aos moradores, comerciantes, sequestro, contrabando e tráfico de drogas, de recursos minerais e energéticos. As novas guerras estão associadas a Estados frágeis ou fracos, que não conseguem atender às demandas dos diferentes grupos populacionais nacionais em cenários dominados por problemas socioeconômicos, desigualdade social, mudanças climáticas, etc (Kaldor 2013). Conforme esta especialista em conflitos, as novas guerras não ocorrem mais somente entre dois ou mais Estados soberanos, mas dentro de um mesmo Estado, entre o governo estabelecido e grupos opositores, sejam eles clandestinos, insurgentes, guerrilheiros ou mesmo grupos legítimos como partidos políticos ou religiosos que se radicalizaram. Essas guerras têm base identitária, étnica ou religiosa ou uma busca por legitimidade, questionando a legitimidade do Estado e seus valores.

Essas guerras diferenciam-se das velhas guerras pelos seus objetivos, geralmente relacionados com identidades particulares, pelos métodos

de combate baseados em guerrilha, pela insurgência ou contra insurgência entre grupos armados e o Estado, pelas formas de financiamento muitas vezes ligadas a atividades criminosas e apoio de agentes externos simpáticos às causas envolvidas. Tais guerras colocam em causa a autoridade e legitimidade dos Estados, privatizando o monopólio da violência sobre os cidadãos. Esse tipo de conflito foge às guerras tradicionais, com táticas imprevisíveis e a população civil passa a ser o principal alvo do conflito (Kaldor 2012). As novas guerras tornam-se mais profundas e complexas, estando enraizadas no interior dos Estados, sendo difíceis de combater.

Ted Gurr é outro teórico que ajuda a compreender os conflitos em Moçambique, por meio da teoria da privação relativa. Gurr (1985; 1993) define conflitos como interações abertas e coercitivas de coletividades litigantes. Tais interações abrangem toda a forma de relações entre grupos e nações que envolvam ameaça, força e violência. Porém, nem todos os conflitos se manifestam por meio de confrontos físicos entre os grupos contendores. O conflito entre grupos que disputam posições e recursos escassos é uma característica regular da vida social.

Gurr (1985) se interessa por conflitos que possuam quatro características principais: tenham duas ou mais partes envolvidas; as partes empenham-se em atos de oposição recíproca; usam comportamentos coercitivos destinados a destruir, ferir, frustrar ou qualquer forma de controlar seus oponentes e; as interações contenciosas são públicas e sua ocorrência pode ser facilmente detectada e reconhecida por observadores independentes. Na sua ótica, o sentimento de privação e desvantagem política, social e material leva os indivíduos à frustração. Por sua vez, a frustração conduz à violência e, a violência constitui uma forma de participação política dos indivíduos que se sentem excluídos nas sociedades (Gurr 1970; 1993). A teoria da privação relativa possibilita compreender o ponto de vista dos jihadistas moçambicanos. O sentimento de privação de recursos políticos e materiais, a ausência de formação técnica e educacional e a falta de emprego e de oportunidades geraram revolta nas populações locais, particularmente entre os jovens. Esses encontraram na religião uma fonte de segurança e de identidade.

Com o fim da Guerra-Fria e da guerra civil em 1992, Moçambique foi considerado um caso de sucesso de liberalização política e econômica e de pacificação e transição para a democracia. Contudo, passados cerca de vinte anos, em 2012 houve um recrudescimento do conflito armado entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o partido que controla o Estado, e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). E, em 2017 emergiu o terrorismo no país. Os conflitos verificados em Moçambique no pós-guerra

civil estão ligados à maldição da abundância, à descoberta, exploração e disputa por recursos naturais e energéticos em regiões onde tradicionalmente a Frelimo não tinha influência política, ou eram de influência da oposição. Há dois projetos opostos em Moçambique. De um lado há privação de recursos à maioria da população e tentativa de sobrevivência de vários grupos sociais, e do outro o projeto de enriquecimento pessoal das elites políticas e militares da Frelimo, o partido-Estado. Assim, a tendência é de aumento das clivagens e dos conflitos intraestatais entre o Governo de um lado e, do outro lado partidos da oposição, juntas militares, grupos rebeldes ou insurgentes.

Em Moçambique o extremismo violento e terrorismo são praticados por jovens desempregados, sem formação técnico-educacional e sem perspectivas de inclusão social. Emergiu com o início da exploração de recursos naturais e minerais, madeiras, fauna, pedras preciosas, metais preciosos, grafite, lítio, óleo, gás etc. Parte dos jovens trabalhava em garimpos de mineração artesanais e viram seu negócio usurpado de forma violenta pela elite político-militar da Frelimo partido-Estado, que agora detém as licenças de exploração desses recursos. O extremismo religioso violento e o terrorismo seriam uma forma dos jovens se fazerem ouvir e (re)entrarem na economia política da região onde nasceram e vivem. Os grupos populacionais locais, particularmente os jovens, foram excluídos dos pequenos, médios e megaprojetos de exploração de recursos naturais, minerais e energéticos.

O sentimento de desvantagem, de privação social e material causado pelo desemprego, ausência de renda, a percepção de ameaça às identidades dos grupos étnicolinguísticos locais, a presença de trabalhadores nacionais oriundos de outras regiões do país e de estrangeiros, seriam alguns dos agentes causadores do conflito. A violência unilateral e guerra perpetradas pelo Al-Shabaab são a manifestação do conflito e não um objetivo ou um fim. A violência e o terror são utilizados como meios pelos jovens para manifestar o seu descontentamento com o Estado, que passou a ser visto como ameaça. No conflito de Cabo Delgado está em causa a forma não equitativa como o poder, a riqueza e os recursos são distribuídos em Moçambique. O extremismo religioso e o terrorismo refletem a forma como essa privação relativa por recursos foi tratada pelo Estado. A violência e a guerra seriam consequências da má administração do conflito.

Metodologia

Utilizou-se a abordagem qualitativa, que consistiu na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. Procedeu-se à revisão bibliográfica em duas perspectivas, de um lado a análise teórica de conflitos e de outro a análise de literatura sobre o extremismo violento e terrorismo em Moçambique. A pesquisa documental consistiu na apreciação de informes, relatórios e boletins informativos produzidos por grupos de pressão e organizações não governamentais (ONGs) moçambicanas como o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro para a Defesa da Democracia (CDD) e do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), mas também de organizações internacionais como o International Crisis Group (ICG) e o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Também se utilizou a técnica de construção de um acervo bibliográfico sobre o terrorismo em Moçambique, constituído por notícias e reportagens de jornais, relatórios técnicos e de pesquisa e artigos científicos.

Na revisão da literatura, Jeong (2008) faz análise de conflitos na perspectiva das Relações Internacionais, expõe as ferramentas existentes para estudar os conflitos de forma abrangente, combinando análise comportamental e estrutural. Aponta distintas categorias para compreender os conflitos, a natureza, o contexto, a dinâmica sociopsicológica, as situações de conflito, o tipo de conflito, se intratável, construtivo ou destrutivo, as causas, os níveis de análise, etc. Ao analisar os conflitos, aponta como exemplos distintos conflitos, massacres, genocídios e guerras pelo mundo.

Este especialista examina as forças dinâmicas que modelam e remodelam os conflitos, as fontes de descontentamento e animosidade, identifica fases e evolução das relações entre os beligerantes, a escalada da violência e a recessão dos ciclos violentos para a resolução pacífica das diferenças (Jeong 2008). Seu pensamento destaca as fases do conflito como escalada, armadilha, término e resolução tanto em conflitos violentos como não violentos, apontando a utilidade e as limitações da intervenção externa. O autor procura uma interpretação mais abrangente dos conflitos, comparando-os, mobilizando conceitos e teorias para a sua compreensão e as perspectivas de resolução.

Ohana (2012) argumenta que a análise de conflitos é o estudo sistemático do perfil, causa, atores e dinâmica do conflito. É entendida como uma estrutura sistemática para obtenção de uma compreensão profunda da origem do conflito, das partes envolvidas, atores e poder que eles possuem ou não para influenciar o rumo do conflito. A autora classifica os conflitos

a partir de uma tipologia, cujos critérios incluem entre outros: as partes em conflito, o contexto, as motivações, as consequências, a duração, a intensidade, a presença ou ausência de violência, a forma como se manifesta, a escala, etc.

A estudiosa distingue diversos métodos para análise dos conflitos. Na sua ótica, não existe um método correto para analisar os conflitos, podendo ser utilizado uma variedade de métodos. Assim, pode-se elencar métodos como o mapeamento de conflitos; o triângulo ABC; a cebola de cargos, interesses e necessidades; a árvore de conflito; e, a pirâmide de conflitos (Ohana 2012). Dentre os métodos elencados pela autora, destacam-se dois, que considero mais adequados ao caso moçambicano: a árvore de conflito e a pirâmide de conflito.

Origens, causas e natureza do terrorismo

Distintos autores nacionais e internacionais têm estudado e analisado o terrorismo em Moçambique. Este texto destaca algumas obras, artigos e relatórios de pesquisa que apresentam perspectivas inovadoras, conceitos e teorias que explicitam as origens, as causas e a natureza do terrorismo em Moçambique. Privilegia-se autores que realizaram pesquisa de campo, destacando-se Habibe, Forquilha e Pereira (2019), Morier-Genoud (2019), Weimer (2020), Rogeiro (2020) Feijó (2020), Chichava (2020a; 2020b; 2020c; 2020d), Macalane e Jafar (2021), International Crisis Group (2021), Sönmez e Arslan (2021), Siteo (2020; 2022) e Bonate (2022).

De forma densa, Siteo (2020) analisa o terrorismo na África, seus principais grupos, Boko Haram, Al-Shabaab, as regiões de atuação, em particular a presença da ameaça terrorista em Moçambique. Procura compreender quem são os atacantes, o que reivindicam e saber se o país estava diante da violência terrorista em sua forma de extremismo islâmico. Este internacionalista faz um debate conceitual das categorias de terrorismo, extremismo, radicalismo e radicalização, isolando cada conceito, apresentando as principais diferenças e semelhanças, com o objetivo de produzir distinções que enriqueçam o debate teórico acerca do terrorismo (Siteo 2022).

Na sua ótica, há necessidade de adaptação conceitual do terrorismo e do extremismo à realidade moçambicana. Define terrorismo como um ato de violência praticado por indivíduos, grupos ou mesmo por Estados contra alvos civis, visando atingir uma audiência maior do que as vítimas imediatas e com um objetivo político determinado. Já extremismo seria uma ideologia, comportamento ou atitude individual ou de um grupo que possui

determinada visão de mundo intolerante às demais, disposto a impor essa visão com recurso à violência. O extremismo pode ser de dois tipos: violento ou não-violento. O não-violento, quando as convicções se limitam à esfera das ideias e pensamentos, enquanto o violento impõe suas crenças e gera transformações por meio da violência (Siteo 2020; 2022).

Morier-Genoud (2019) destacou o sectarismo e o jihadismo em Moçambique no contexto da dinâmica crescente do extremismo violento nos países da região como Tanzânia, Quênia e região dos Grandes Lagos. Conforme o autor, após os primeiros ataques a insurgência transformou-se em uma típica guerra de guerrilha. Os ataques, que inicialmente eram realizados à noite contra pequenas aldeias passaram a ser feitos durante o dia e contra vilas, postos avançados do exército, autocarros nas estradas e, por último, as sedes dos distritos, divulgando vídeos com uma clara agenda jihadi. Em 2019, os guerrilheiros juraram fidelidade ao Estado Islâmico do Iraque e ao Levante (EIIL/ISIS). A partir daí, o ISIS passou a reivindicar a autoria de um número cada vez maior de ataques em Moçambique e a divulgar vídeos pela Amaq nas redes sociais.

Já Habibe, Forquilha e Pereira (2019) realizaram pesquisa de campo em Cabo Delgado um mês após o primeiro ataque armado do Al-Shabaab, entre os meses de novembro de 2017 e fevereiro de 2018. Os autores questionavam a natureza do grupo terrorista, suas motivações, ideologia, financiamento e as implicações políticas, sociais e econômicas do fenômeno em Moçambique. Apontaram a pobreza e a exclusão social como causas do conflito. Na sua ótica, o Al-Shabaab moçambicano é um grupo fundamentalista religioso que incorporou células militares. Dizia seguir a tradição do profeta Muhammad, combater a influência ocidental, pregar a implantação da sharia e tinha ligações com o Al-Shabaab somali e células de grupos fundamentalistas islâmicos da Tanzânia, Quênia e da região dos Grandes Lagos. Contudo, na ótica das lideranças religiosas e comunidades islâmicas, o grupo pregava e praticava um islã degradado e fora da linha do profeta Muhammad, considerando o grupo uma seita.

Feijó (2020) viu nas assimetrias e desigualdades socioespaciais e etnolinguísticas no acesso ao poder, disparidades nas condições habitacionais, posse de bens duráveis, acesso a pensões de antigos combatentes e apoios do Estado, acesso a negócios, formação e emprego como pistas que ajudam a explicar o conflito em Cabo Delgado. Rogeiro (2020), chamou atenção para a presença de pregadores moçambicanos nas mesquitas de Cabo Delgado, que tiveram contato com grupos militantes jihadistas do Quênia, da região dos Grandes Lagos africanos, Arábia Saudita, Líbia, Sudão, Argélia e Somália, que

se tornaram notórios nos distritos de Cabo Delgado, bem como contenciosos em torno de empregos, subdesenvolvimento, falta de oportunidade para os jovens, controle das estruturas estatais, regionais e municipais por burocratas da Frelimo. Esses dois fatores tornaram usuais os confrontos entre grupos radicais e tradicionais dentro da comunidade muçulmana, das mesquitas, escolas corânicas e associações.

A presença de uma nova vaga de pregadores vindos da Tanzânia, RDC e do Uganda induziu a juventude a outras formas de interpretação do Alcorão e novas práticas em relação a temas fundamentais como os direitos das mulheres, vestuário e visão de mundo, consumo de álcool, rituais de preparação e alimentos, programas escolares, condições da prática e do culto, aplicação da Sharia, normas bancárias e de empréstimos de dinheiro, incorporação nas forças armadas, atitude face aos recursos naturais e sua exploração num contexto de desigualdade social e desequilíbrio de rendimentos. Em 2019, a insurgência moçambicana integrou-se ao ISIS, que se aproveitou e investiu nos movimentos jihadistas locais desta província de maioria muçulmana (Rogero 2020).

Chichava (2020a) argumentou que o partido-Estado que governa Moçambique desde a independência foi quem criou condições para a emergência do terrorismo no país. Conforme este analista, foi a incapacidade do Estado em lidar com a pobreza, desemprego e a ausência de expectativas para os jovens, aliada à brutalidade da Polícia na ajuda à instalação de empresas exploradoras de recursos naturais e minerais, que contribuíram para a penetração dos islamitas. Nesse cenário, parte dos garimpeiros artesanais expulsos de forma violenta pelas forças policiais se juntou ao grupo terrorista Al-Shabaab (CDD 2022). Dessa forma, as ações e omissões do partido-Estado, das elites político-econômicas a ele ligadas é que propiciaram a emergência do Al-Shabaab enquanto movimento extremista violento. O autor apontou a dimensão internacional do conflito, com presença de jihadistas estrangeiros com destaque para tanzanianos e ugandeses em Cabo Delgado, bem como a declaração de fidelidade ao Estado Islâmico (Chichava 2020d).

Weimer (2020) procura explicar os ataques violentos perpetrados contra instituições locais e representantes do Estado moçambicano. Partindo de uma perspectiva histórica faz um estudo de caso em três províncias moçambicanas com base em documentos, entrevistas e em análise de literatura da Antropologia e Economia Política. O estudioso identificou três causas dos conflitos locais: primeiro, a economia política com raízes históricas dominadas pela Frelimo, que lida com o descontentamento e divergência de forma autoritária e violenta, utilizando a guerra como governação. Segundo,

a ordem de acesso limitado a recursos firmemente estabelecida em Moçambique, que produz exclusão socioeconômica de intervenientes e interesses sociais, econômicos e políticos locais, particularmente no tocante à extração de recursos naturais. Terceiro, a perspectiva de que não há futuro para a juventude moçambicana, que está alienada das comunidades e culturas locais, mas não foi absorvida pela sociedade e pela economia. Isso torna os jovens do sexo masculino vulneráveis às influências globais e às promessas às vezes ligadas ao pensamento religioso radical e à criminalidade. Dessa forma, a província de Cabo Delgado tornou-se vulnerável à influência do islamismo militante (Weimer 2020).

Com uma equipe multidisciplinar constituída por docentes e pesquisadores, Macalane e Jafar (2021) foram ao terreno compreender as causas do terrorismo, a sua evolução e os mecanismos de resiliência, a partir das narrativas das populações atingidas. Utilizaram metodologia quali e quantitativa mesclada com coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação não-participante em quatro distritos da província de Cabo Delgado. O trabalho de campo durou três meses, entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, teve a participação de 206 pessoas dentre as quais 94 mulheres, tendo sido realizadas 83 entrevistas subdivididas em 58 individuais e 25 grupais, utilizando a técnica de amostragem de *snowball*. Os autores procuraram compreender a forma de atuação e meios utilizados pelos terroristas, a empatia das populações com os terroristas, as relações civis-militares, etc. Estas últimas relações são caracterizadas por extorsões, agressões, violação da integridade física e de privacidade, etc.

Os ataques terroristas perpetrados pelo Al-Shabaab iniciaram em Mocímboa da Praia e expandiram-se para outros distritos com consequências multidimensionais: destruição de residências particulares, edifícios públicos e privados, paralisação de serviços sociais, de educação e saúde, saque de estabelecimentos comerciais, estagnação da atividade econômica, morte de milhares de pessoas e deslocamento de outros milhares. Mocímboa da Praia tornou-se epicentro dos ataques terroristas devido à sua localização geoestratégica, a ocorrência de conflitos étnicos entre *makondes* e *mwanis*, a difusão do extremismo islâmico e a aderência de um número significativo de jovens locais ao grupo terrorista. Constatou-se também excessos das FDS sobre as populações (Macalane e Jafar 2021).

Para os autores, o Al-Shabaab é um grupo islâmico de inspiração jihadista constituído por pessoas de várias etnias e nacionalidades, que recruta e radicaliza jovens. O processo de radicalização iniciou-se em 2012 em Mocímboa da Praia. O Governo não prestou atenção aos primeiros sinais

de recrutamento, radicalização e treinamento de jovens, assim como as FDS demonstraram incapacidade para conter a onda de ataques, que necessitam de melhorias no treinamento e apoio externo. O Governo precisa melhorar o controle das fronteiras terrestres e marítimas para evitar a entrada de pessoas estranhas ao país, como também os jovens necessitam de formação técnico-profissional e de emprego, bem como de inserção nos megaprojetos existentes na região (Macalane e Jafar 2021).

Outro relatório importante para compreender o terrorismo em Cabo Delgado é o do *International Crisis Group* (2021), que destaca a necessidade de conter a insurreição em Cabo Delgado. O Relatório apontava que Cabo Delgado poderia se tornar a próxima fronteira da rebelião jihadista na África. Até ao ano 2021, os ataques terroristas e as operações das FDS haviam custado cerca de três mil vidas, bem como a insegurança havia levado à suspensão de um megaprojeto de gás. O Estado Islâmico (ISIS) reivindicava laços com a insurreição e os Estados da região exerciam pressão para o envio de tropas para auxiliar Moçambique.

Os jihadistas moçambicanos eram motivados pelo descontentamento em relação ao Estado que pouco fez por eles, diante da exploração de enormes reservas de minerais e hidrocarbonetos. Assim, tanzanianos e estrangeiros de outras nacionalidades juntaram-se, alimentando a insurreição. Consideradas historicamente fracas, as FDS foram apontadas como incapazes de conter a ofensiva. E, caso não seja contida, a insurreição poderia se alastrar, ameaçando a estabilidade nacional, num contexto em que o Estado moçambicano tentava alcançar um acordo de paz com o principal grupo de oposição no país e antes das eleições autárquicas de 2023 e presidenciais de 2024. A instabilidade na costa oriental africana poderia piorar e dar ao ISIS uma nova frente a explorar. O Relatório recomendava ao Governo de Maputo aceitar apoio militar de seus parceiros externos e fazer uso da força para conter a insurreição, como também se deveria construir uma relação de confiança com os habitantes locais e um diálogo aberto com os insurgentes. Também aconselhava os governos regionais a redobram esforços na aplicação das leis e impedir uma ação jihadista transnacional (International Crisis Group 2021).

Uma das inovações deste Relatório é trazer a evolução e configuração do Al-Shabaab, cujos combatentes são majoritariamente moçambicanos, pescadores pobres, pequenos comerciantes frustrados, velhos agricultores e jovens desempregados. Os combatentes oriundos da Tanzânia pertencem a redes islâmicas que proliferam na costa oriental africana e constituem o grupo dirigente e ideológico. Os jovens moçambicanos aderiram ao jihadismo

por motivos variados, mais econômicos e para obter benefícios materiais do que ideológicos.

Por sua vez, Bonate (2022) analisou o conflito sob o prisma do jihadismo transnacional como uma ideologia e um movimento político que se apoderava de demandas e agravos locais, sobretudo contra o Estado, desencadeando a insurgência ou canalizando a resistência já existente, bem como vê o conflito como uma resistência contra a ordem mundial dominada pelo Ocidente. Já o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2023a; 2023b) apontava as pressões econômicas, a pobreza e o desemprego como fatores centrais para a violência em Cabo Delgado. Nesse Relatório, Moçambique era apontado como o epicentro global da violência e do extremismo. Conforme Morier-Genoud (2021), a privação material seria uma das causas do conflito, particularmente pobreza, marginalização e falta de perspectivas no seio dos jovens, num cenário em que funcionaria somente como ponto de encontro. Nesse cenário, o fato de Cabo Delgado ser uma das províncias mais pobres de Moçambique e ao mesmo tempo detentora de enormes reservas de gás natural, criou expectativas não satisfeitas.

Analistas como Santos (2012), Sönmez e Arslan (2021) e grupos como o CDD (2022) afirmam que Cabo Delgado vivencia a maldição dos recursos naturais, na qual todos os Estados onde são descobertos enormes reservas de recursos naturais minerais, acabam por vivenciar conflitos e guerras. Num artigo de opinião emblemático acerca de Moçambique, Santos (2012) utilizou a expressão “maldição da abundância” para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais de cobiça internacional. Conforme o autor, a promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para concretizar é tão convincente, que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Outra hipótese afirma que o surgimento do terrorismo em Moçambique tem razões geopolíticas e econômicas e aponta a Arábia Saudita, Qatar e outros Estados do Golfo Pérsico como principais financiadores do terrorismo em Cabo Delgado. Com as descobertas das reservas de petróleo e gás moçambicanos, esses Estados islâmicos temeriam perder sua hegemonia no mercado internacional diante de um concorrente que venderia os hidrocarbonetos a preços mais baixos para o mundo ocidental. Dessa forma, sauditas, cataris, etc. estariam financiando o terrorismo em Cabo Delgado para inviabilizar a exploração do petróleo e gás moçambicanos.

Assim, as análises acerca da violência extremista e do terrorismo em Moçambique apontam para três perspectivas. Na primeira, os estudiosos

indicam fatores internos como a fragilidade estatal, violência estrutural por parte do Estado e de grupos rebeldes, as assimetrias e desigualdades sociais, tensões étnicas, ausência de emprego e perspectiva para os jovens, que propiciaram a emergência do Al-Shabaab enquanto grupo extremista religioso violento. A segunda aponta para fatores externos ou internacionais como a expansão do ISIS pela África Subsaariana e o jihadismo transnacional provocado pela expansão do Al-Shabaab do Quênia e da Tanzânia, que encontrou terreno fértil em Moçambique, um Estado frágil que não tinha controle total das operações ilegais que aconteciam em Cabo Delgado. Um grupo reduzido de autores aponta a conjugação dos dois tipos de fatores, internos e externos, como estando na origem do conflito. A terceira argumenta a maldição da abundância como hipótese explicativa, a cobiça e o financiamento de países do Médio Oriente que temeriam a concorrência do petróleo e gás moçambicanos no mercado internacional.

Classificação do conflito

Para compreender a situação em Cabo Delgado utiliza-se o método da análise de conflitos, tentando entender de forma sistemática o perfil, as causas, os atores e a dinâmica do conflito. Utilizando a tipologia, classificações e categorias avançadas por autores como Jeong (2012) e Ohana (2015) podemos afirmar que a insurgência armada jihadista em Cabo Delgado enquadra-se no fenômeno designado de conflito intraestatal violento, entre os jihadistas de um lado e o Estado Moçambicano do outro. Entretanto, o conflito se tornou internacional a partir do momento em que o Estado moçambicano solicitou apoio externo das tropas de Ruanda e da SAMIM, que passaram a combater o terrorismo em Cabo Delgado.

O extremismo religioso violento e terrorismo em Cabo Delgado apontam para o jihadismo, uma subcorrente violenta do salafismo, um movimento revivalista sunita que rejeita a democracia e aponta que a legislação humana está em desacordo com as leis divinas. Assim, pretendem estabelecer um Estado Islâmico regido pela sharia. Os ataques em Cabo Delgado têm como propósito espalhar o terror, visto ser quase impossível instalar um Estado Islâmico em Moçambique, um país secular onde distintas religiões sempre coexistiram.

O conflito em Cabo Delgado tem como causas recursos materiais como a exploração de petróleo, pedras preciosas e madeiras. Mas também envolve bem-estar, como oportunidades de emprego, distribuição de riquezas,

partilha do poder com as populações e autoridades locais, bem como disputas culturais e de valores morais distintos entre os três grupos etnolinguísticos e religiosos, nomeadamente *mwanis*, *makwas* e *makondes* e entre cristãos e muçulmanos. O terrorismo e a guerra em Cabo Delgado são resultado do modo como o Estado moçambicano vem fazendo política, gerindo e lidando com os conflitos na região. Refletem o autoritarismo, a violência, a exclusão e outras formas como o Estado e as elites locais vêm lidando com as populações locais, particularmente com os jovens e diferentes grupos étnico-religiosos.

O extremismo violento, o terrorismo e a guerra em Cabo Delgado não constituem o conflito, mas o modo como o Estado lidou com os conflitos. Eles são parte das armas e trunfos que determinados grupos, particularmente os jovens, utilizam para participarem e fazerem política. O conflito em Cabo Delgado tem natureza econômica, política e social, ligadas à participação, distribuição de riqueza e religião. Tem como motivações as necessidades materiais e de recursos. Estão relacionados à distribuição de poder entre o Estado e os três grupos etnolinguísticos *makondes*, *makwas* e *mwanis*, para além das necessidades culturais ou espirituais, a princípios e valores morais e religiosos.

O conflito em Cabo Delgado é intraestatal internacionalizado. Iniciou com os ataques do Al-Shabaab às populações costeiras de Cabo Delgado, o que motivou uma resposta armada do Estado moçambicano. Contudo, devido à fraqueza e fragilidades das FDS, o Estado solicitou ajuda externa das forças armadas de Ruanda e da SADC, internacionalizando o conflito.

O conflito foi latente entre 2011 e 2015, o período de organização e formação religiosa, quando as manifestações se limitavam a discursos extremistas e radicais nas mesquitas e madraças e ao envio de jovens para estudar em países islâmicos. A partir de 2015, o conflito foi se tornando manifesto com ataques esporádicos às instituições governamentais e populações locais, depois o confronto direto e emboscadas às FDS e ataques aos quartéis, por último confronto com as tropas do *Rwanda Defence Force (RDF)* e da SAMIM.

O conflito em Cabo Delgado desenvolveu-se de forma rápida e impetuosa. Com a presença das FDS, das tropas ruandesas e da SAMIM, houve certa estabilidade na região, com áreas controladas pelos jihadistas e áreas controladas pelas FDS, RDF e SAMIM, sem muitos avanços no teatro operacional. Assim, de impetuoso o conflito estabilizou e tende a ter características de longo prazo ou duração.

Nenhuma das partes beligerantes mostra capacidade de vencer a guerra pela via militar e o conflito prolonga-se sem grandes avanços no terreno. Assim, figuras da elite política com interesses econômicos nas zonas

afetadas pelo conflito – como o ex-presidente Joaquim Chissano – já falam em negociar com os jihadistas. Em menos de cinco anos, o Al-Shabaab perpetró ataques cruéis e sangrentos, algo que a Renamo levou décadas para fazer. Por outro lado, o conflito pode ser classificado como uma guerra de baixa intensidade, em escala microssocial, por estar circunscrita à Província de Cabo Delgado, mas com consequências destrutivas.

O processo de radicalização

De acordo com as lideranças religiosas e comunidades locais de Cabo Delgado, os jovens moçambicanos foram desviados por professores que estudaram fora e interpretam o Alcorão nas correntes salafista e wahabita, formas distintas daquelas ensinadas nas madraças moçambicanas. Alguns integrantes do grupo tinham ligações indiretas com líderes espirituais da Arábia Saudita, Tanzânia, Líbia, Sudão, Argélia, por meio de vídeos ou de pessoas que haviam estudado nesses países, com bolsas de estudos financiadas por homens de negócios locais e estrangeiros, madeireiros e garimpeiros ilegais oriundos da Tanzânia, Somália e dos Grandes Lagos. Por outro lado, Cabo Delgado e Mocímboa da Praia fazem parte de uma rota de imigração que tem origem na Somália, passa por Moçambique em direção à África do Sul, na qual a Província possui duas mesquitas conhecidas por acolher imigrantes internacionais, geralmente somalis (Habibe, Forquilha e Pereira 2019).

Depois de alguns anos no estrangeiro, ao retornarem a Cabo Delgado juntaram-se às mesquitas wahabitas locais ou construíram seus próprios locais de oração, apresentando abordagens religiosas distintas daquelas normalmente praticadas em Moçambique. Durante os cultos pregavam a desobediência civil e promoviam conflitos com as mesquitas existentes. Além disso, exigiam a retirada de símbolos cristãos e de estátuas de heróis nacionais como Samora Machel e Eduardo Mondlane, aceitando somente símbolos muçulmanos. Os conflitos domésticos e comunitários deveriam ser resolvidos conforme as leis islâmicas e não nas esquadras de polícia.

Para se diferenciar dos outros muçulmanos, os integrantes do Al-Shabaab construíram uma identidade própria: usavam roupas distintas com destaque para turbantes brancos, batas e calças curtas de cor preta que se estendiam um pouco abaixo dos joelhos, cabelos curtos ou raspados e barbas grandes, não permitiam que seus filhos frequentassem escolas estatais, somente escolas corânicas construídas por eles. Andavam munidos de armas brancas como facas e catanas para simbolizar a jihad, incitavam a violência

e o desrespeito pelas lideranças comunitárias, chamando-os de *kafir*, não aceitando dialogar com estruturas estatais nem com grupos diferentes do seu³. Seus familiares eram obrigados a assistir a vídeos de discursos de um clérigo queniano que pregava um Islã radical e as mulheres eram obrigadas a vestir burcas (Habibe, Forquilha e Pereira 2019).

O Al-Shabaab raptou centenas de mulheres jovens. O grupo é composto por indivíduos com percursos sociodemográficos heterogêneos, a maioria oriunda do litoral norte de Cabo Delgado, indivíduos provenientes do planalto de Mueda, do litoral de Nampula, bem como de estrangeiros oriundos da costa oriental da África, como tanzanianos, somalis e de países do Golfo Pérsico (International Crisis Group 2021).

Conforme Feijó (2021), o Al-Shabaab insurgiu-se contra o Estado e suas estruturas tradicionais. Construíram diferentes bases nas aldeias abandonadas pelas populações ou nas matas. Esses sujeitos mantêm ligações com suas famílias de origem, que fornecem logística, camuflagem e informações. Outros romperam com suas famílias de origem e constituíram novos arranjos familiares nas matas, muitas vezes poligâmicos. Homens e mulheres são sujeitos a doutrina político-religiosa, nas quais são exploradas temáticas como exclusão, injustiça social, corrupção e enriquecimento das autoridades na tentativa de fazer emergir ressentimentos individuais.

Contrariados pelo Estado que atacou mesquitas e prendeu dezenas de integrantes do Al-Shabaab, seus líderes propunham uma ordem social baseada na Sharia, evoluindo do sectarismo islamita para o jihadismo armado. Assim, passaram a atacar instituições estatais e populações civis. As lideranças locais do Al-Shabaab exploraram as diferenças entre cristãos e muçulmanos, distinções essas existentes não somente por conta da religião, mas também porque se interseccionam às distinções sociais, políticas e de poder entre as comunidades e grupos etnolinguísticos. Os *makwas* e *mwanis* são grupos étnicos de maioria muçulmana e constituem comunidades costeiras, com passado pré-colonial islâmico e swahíli, ligado ao tráfico escravista. Os *mwanis* se aliaram à Renamo e à oposição moçambicana após as primeiras eleições multipartidárias de 1994. Já os *makondes*, grupo minoritário, são cristãos oriundos do interior e do planalto de Mueda, que detêm o *status quo*, poder político e econômico e constituem a espinha dorsal da Frelimo. São aliados históricos deste partido e do Estado, retratados como guerreiros e heróis da luta anticolonial contra a dominação portuguesa nos livros didáticos e de História do país.

3 Em árabe, *kafir* significa aquele que esconde a verdade, incrédulo, descrente.

O Al-Shabaab tem como formas de recrutamento a persuasão por meio de redes familiares e informais, promessas de dinheiro e bens materiais e, em outros casos a coação e rapto, fomentando terror para quem não coopera. A moral é elevada entre os insurgentes, fomentada pela partilha dos espólios da guerra. Existe a promessa messiânica de mudança da ordem social, conjugada com a distribuição de benefícios concretos como alimentação, vestuário e proteção, que têm seduzido jovens vulneráveis, num cenário de precariedade social e insegurança alimentar. Os insurgentes mantêm relações estreitas com as populações locais, têm ótima capacidade de inserção e de camuflagem, conhecimento das localidades, armamento leve, fácil deslocamento e esconderijo, o que confere vantagens ao grupo. O roubo, o saque às lojas e armazéns alimentares eram a principal fonte de abastecimento do grupo. O Al-Shabaab nunca demonstrou interesse pela segurança alimentar ou produção de alimentos, o que demonstra a existência de abastecimento externo, possivelmente da Tanzânia (Feijó 2021). Durante muito tempo, o Al-Shabaab foi designado como insurgência armada pelo Estado moçambicano, pelos ataques armados nos quais atacam aldeias, civis, hospitais e escolas, raptam mulheres e crianças, decapitam e queimam vivos jovens e idosos do sexo masculino (Rogero 2020).

A convicção religiosa e a violência excessiva são características do grupo, tanto contra homens como contra mulheres. À medida que o grupo cresceu, aumentou a diversidade, convicção religiosa, moral, motivação e a violência. Decapitações com facas e catanas, e estupros macabros contra mulheres são armas comuns do terror, assim como a promessa de dinheiro aos jovens. Em 2020, o Al-Shabaab demonstrou grande capacidade de recrutamento, uma performance militar sobre as FDS, caracterizada por ataques violentos a sedes distritais, acesso à logística e equipamento militar. Houve uma internacionalização do grupo por meio da presença de estrangeiros oriundos de Estados da África Oriental, Médio Oriente e do Golfo Pérsico, identificados como muçulmanos ou brancos, que possuíam enormes quantidades de material bélico, bem como a constante preocupação desses sujeitos internacionais com a realização de filmagens documentando todas as ações do grupo, mostrando a existência de apoio externo (Feijó 2021).

No tocante à evolução, força e comportamento, assume-se que o grupo jihadista seja um movimento heterogêneo, cuja base ou escalão inferior é constituído por insurgentes moçambicanos, particularmente jovens das etnias *mwani* e *makwa*, antigos pescadores e agricultores, contrabandistas, traficantes do litoral e jovens desempregados, mas também um pequeno número de combatentes *makondes* constituído particularmente por jovens expulsos das minas de rubi em 2017 (International Crisis Group 2021). Alguns líderes

operacionais eram moçambicanos, mas a maioria eram islamitas tanzanianos expulsos pelas autoridades policiais e militares desse Estado, nos últimos quinze anos por causa das atividades ilegais e do radicalismo. Os tanzanianos eram os líderes ideológicos. Parte dos jovens moçambicanos insurgentes foi raptada e forçada a alistar-se no Al-Shabaab ou aderiu ao grupo por frustração com a situação socioeconômica, atraídos por recrutadores que oferecem dinheiro ou prometem riqueza futura e permanecem leais ao grupo desde que sejam pagos. Em 2021, estimava-se que o Al-Shabaab possuía entre 1.500 e 4.000 integrantes, incluindo não-combatentes, mecânicos, enfermeiros e especialistas em comunicações locais (International Crisis Group 2021).

A oferta de dinheiro ou promessa de dinheiro, bem como o rapto e o sequestro são as principais formas de recrutamento para as fileiras do Al-Shabaab. À medida que o conflito se desenrolou, o Al-Shabaab foi melhorando suas táticas de guerrilha, tornando-se mais eficiente, adquirindo armamento, aumentando seus arsenais essencialmente com armas tomadas das FDS e seus quartéis. Inicialmente possuíam somente rifles AK-47 e ocasionalmente metralhadoras PKM. Aos poucos adquiriram lança-foguetes RPG-7, morteiros de 60mm e 80mm e veículos governamentais e militares tomados das FDS (International Crisis Group 2021).

O conflito em Cabo Delgado mudou a gramática militar moçambicana, com o surgimento de terminologias como terrorismo, insurgência armada, insurgentes, jihadistas, terroristas, Teatro Operacional Norte (TON), estado de guerra, extremismo violento, terrorismo, radicalismo islâmico, células terroristas, FDS, Agência do Estado Islâmico (Amaq), *Ansar Al-Sunnah*, *Al-Shabaab*, *Daesh*, ISIS, Estado Islâmico de Moçambique, SAMIM, tropas de Ruanda, *Rwanda Defense Force*, drones militares, veículos blindados, petróleo e gás, *on-shore*, *off-shore*, disputas étnicas, *mwanis*, etc. Termos que foram ditos por oficiais militares, autoridades políticas, pesquisadores, reproduzidos por jornalistas, analistas e pelo povo.

Tipologia do conflito

A situação em Cabo Delgado configura um conflito intraestatal internacionalizado, por conta da presença de atores externos dentro do território moçambicano. Tem-se como beligerantes o Al-Shabaab e as FDS que representam o Estado Moçambicano, como atores principais. Aos atores principais juntaram-se às tropas de Ruanda e as forças da SAMIM, como atores secundários, a convite do Estado Moçambicano. As forças de Ruanda

e da SAMIM constituem *spoilers* intencionais⁴. O conflito se internacionalizou com a entrada em cena das tropas de Ruanda e da força multinacional da SAMIM, composta por militares da África do Sul, Botswana, Tanzânia, Zimbábwe e Angola, aliadas do Estado Moçambicano. Assim, se tornou um conflito intraestatal internacionalizado.

Antes da presença de forças estrangeiras ao lado do Estado Moçambicano, os relatos apontavam a presença de tanzanianos, de cidadãos da região dos Grandes Lagos como burundeses, ugandeses, congolezes e do Oriente Médio ao lado dos jihadistas moçambicanos, ainda que em número insignificante. Os cidadãos estrangeiros que militam ao lado dos insurgentes podem ser os financiadores das ações militares ou com interesses econômicos. Em 2021, o Al-Shabaab prestou juramento ao Daesh. Prova disso, foram as ameaças feitas pelo Daesh ao Estado de Ruanda logo após o início das operações das tropas ruandesas em Cabo Delgado – num período em que a propaganda ruandesa estava em alta – que rapidamente infligiram pesadas baixas aos jihadistas, destruindo as principais bases e colocando-os em fuga e em constante mobilidade. O Daesh ameaçou realizar ataques à bomba em território ruandês.

Os Estados de Ruanda, Tanzânia e África do Sul são *spoilers* internacionais e têm interesses diretos ou indiretos no conflito em Cabo Delgado, possuindo tropas em Moçambique. A África do Sul depende de fontes de energia moçambicanas que estão geograficamente próximas e a baixos preços, com interesses na estabilidade para investir num futuro gasoduto que ligue Cabo Delgado ao seu território. Enquanto a Tanzânia tem interesses na instabilidade da província, porque possui em seu território enormes reservas de petróleo e gás e um projeto de exploração semelhante ao moçambicano (Savana 2022b). Assim, vê Moçambique como um concorrente e pretende atrair investidores internacionais para o seu projeto. Ruanda também tem interesses na estabilidade em Moçambique, fornecendo tropas e segurança ao Estado moçambicano, oriundas de seu próprio exército e diversas empresas de segurança privada. Fornece ajuda militar e segurança, ao mesmo tempo em que tem acesso aos recursos minerais de Cabo Delgado, existindo uma ponte aérea entre Cabo Delgado e Kigali, por onde escoam as pedras e minerais preciosos.

À primeira vista, trata-se de um conflito político-religioso, mas existem fatores socioeconômicos envolvidos. Existem motivações de natureza étnico-religiosa, moral e socioeconômica envolvendo os grupos majoritá-

4 *Spoiler* refere-se a um ator que não fazia parte do conflito original, mas que, com o desenrolar e dinâmica do conflito, se torna um ator importante.

rios *makwas* e *mwanis* islâmicos e a minoria *makonde*. Os integrantes do Al-Shabaab apontaram valores, princípios e ideais religiosos ligados à religião islâmica, como a implantação de um Estado religioso sob as normas da *Sharia*, questões morais como o uso de barba, de roupas islâmicas, a proibição da venda e consumo de tabaco e álcool, opunham-se à escolarização das crianças nas escolas seculares, ao trabalho das mulheres etc. Contestavam as autoridades religiosas locais, particularmente aquelas próximas ao Conselho Islâmico, tido próximo ao Estado moçambicano, sentiam-se socioeconomicamente excluídos diante da exploração de recursos minerais e energéticos como madeira, pedras preciosas, petróleo e gás, bem como se ressentiam da influência de generais da luta de libertação nacional com interesses e negócios na Província, oriundos do grupo étnico *makonde*, o mesmo do Presidente da República. Assim, jovens desempregados que praticavam garimpo e mineração artesanal foram expulsos de forma brutal de seus trabalhos, algo que aumentou ainda mais o descontentamento dos locais. Foi nesse contexto em ebulição que iniciaram os ataques armados (International Crisis Group 2021).

No tocante à intensidade, o conflito foi de rápido a impetuoso, visto que em poucos anos, o Al-Shabaab cometeu dezenas de massacres com extrema violência e crueldade, que incluíram a decapitação com facas e catanas, assassinatos a sangue frio com balas na nuca, queima de residências com os ocupantes no seu interior, rapto de mulheres jovens e adolescentes para servirem de escravas sexuais. Napoleoni (2015) apontou que os métodos medievais, os códigos da *sharia*, a violência, a sua exibição sua e espetacularização, bem como o rapto de adolescentes e mulheres jovens são uma característica do Estado Islâmico e de grupos fiéis a este.

Os massacres e a crueldade das ações do Al-Shabaab em cinco anos superaram aquelas perpetradas ao longo dos dezessete anos de guerra-civil entre a Frelimo e a Renamo. A violência unilateral do conflito perpetrado primeiro pelo Al-Shabaab sobre as populações indefesas e depois pelo Governo moçambicano passou de um conflito armado para uma guerra, na qual mulheres, crianças e homens civis são as principais vítimas. Trata-se de um conflito manifesto com consequências destrutivas, ainda que durante muito tempo, o Al-Shabaab nunca tenha informado as razões e motivações por detrás das suas ações. O conflito iniciou com uma escala micro, que afetava alguns distritos da região sul da província de Cabo Delgado. Mas aos poucos vai se transformando numa dimensão macro, tendo se alastrado temporariamente com alguns ataques nas províncias vizinhas de Niassa e Nampula e mesmo para a Tanzânia, junto à fronteira com Moçambique.

O terrorismo e a resposta estatal

Em 2017 iniciaram ataques militares em Cabo Delgado. Primeiramente, foram atacadas instalações do Partido Frelimo e da Administração do Estado, tendo sido raptados e mortos dirigentes do Estado e membros da Frelimo. Além de atacar infraestruturas administrativas do Estado, os insurgentes passaram a atacar a população de forma feroz, destruir infraestruturas sociais, escolas, postos de saúde e hospitais. A violência era enorme, com a decapitação de civis, homens, mulheres, crianças e idosos. Em resposta a PRM destruiu as mesquitas radicalizadas e as casas de supostos cabecilhas dos ataques armados. Mas eram ações mal coordenadas e de pouca inteligência. O Governo de Moçambique respondeu tardiamente ao conflito, tendo demorado cerca de cinco anos. Entre 2017 e 2021, o Estado moçambicano ignorou e minimizou os ataques armados, demonstrando falta de compaixão diante do sofrimento das populações de Cabo Delgado. Dizia tratar-se de bandidos armados, ladrões e criminosos e, por último de insurgentes, resistindo a reconhecer a componente ideológica religiosa do grupo. A primeira vítima do Estado moçambicano foi a verdade.

As informações e notícias dos ataques terroristas foram tratadas com secretismo. Os jornalistas independentes locais que noticiavam os ataques armados foram acusados de colaborar com o jihadismo, enquanto os jornalistas da imprensa estatal foram proibidos de veicular notícias sobre o assunto. Radialistas e jornalistas independentes locais que noticiavam os ataques foram ameaçados, detidos, perseguidos, agredidos. Alguns foram sequestrados pelas FDS, tendo desaparecido e dados como mortos⁵.

Habibe, Forquilha e Pereira (2019) apontavam que, apesar de órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros terem dedicado atenção ao terrorismo, a informação sobre o assunto era escassa, jornalistas e pesquisadores encontravam dificuldades em acessar os locais atacados, impostas pelo Estado moçambicano. Entre 2017 e 2019 seis jornalistas, três estrangeiros e três nacionais, foram detidos (Habibe, Forquilha e Pereira 2019). Dessa forma, o Governo adotou a fórmula de matar os mensageiros, em vez de resolver o problema, encetando uma campanha contra a mídia independente. Além do desaparecimento de jornalistas, havia relatos de sequestros, tortura e

5 O repórter da Rádio Comunitária de Palma, Ibraimo Mbaruco desapareceu após enviar mensagens aos colegas, informando que estava cercado por militares fardados das FDS no dia 7 de abril de 2020. Desde então, nunca foi encontrado e sua família afirma que foi executado pelas FDS (NHANTUMBO 2023a). O repórter era tido como desafeto das FDS porque noticiava os ataques terroristas. O locutor de rádio desapareceu após ser abordado pelas FDS, sendo dado como morto pela mídia independente em Moçambique.

assassinatos de civis parentes de jovens radicalizados e/ou suspeitos de colaborar com o jihadismo, por parte das FDS. As FDS foram acusadas de violação de direitos humanos, que vão de açoites, agressões físicas, cerceamento do direito de ir e vir, sequestros, desaparecimentos forçados e assassinatos. Essa situação levou à desconfiança, medo e autocensura das populações em relação às FDS, ao mesmo tempo em que aumentava o prestígio das tropas ruandesas (Nhantumbo 2023b).

A primeira resposta enérgica do Governo moçambicano contra o terrorismo aconteceu somente em 2021, após os jihadistas realizarem um ataque espetacular – gravado e difundido pelas redes sociais – há cerca de 30 km da plataforma de exploração de petróleo e gás, ameaçando os megaprojetos e interesses das corporações multinacionais. De um conflito intraestatal envolvendo os jihadistas e o Estado, o conflito tornou-se internacional com o envolvimento de tropas estrangeiras de Ruanda e da SADC em auxílio ao exército moçambicano. Para Ruanda, o envio de tropas para Moçambique faz parte de sua agenda de diplomacia militar pelo mundo, particularmente no continente africano (Donelli 2022; Le Monde 2022). Tudo indica que essas tropas foram destacadas não para proteger as populações moçambicanas, mas somente para garantir a proteção das infraestruturas das multinacionais e viabilizar a exploração de óleo e gás e outros recursos extrativos.

Durante dois anos o Estado Moçambicano ignorou ou não levou a sério a insurgência armada em Cabo Delgado que semeava o terror. Em vão, enviou as FDS, mas estas sofreram pesadas derrotas e foram humilhadas, como aconteceu em 2017, quando os insurgentes atacaram o posto policial de Macomia, incendiaram-no, tomaram as viaturas policiais da PRM e blindados das FADM, tendo posado em frente à esquadra de polícia ostentando a bandeira do Estado Islâmico, com viaturas, blindados e armamento diverso conquistado das FDS (Savana 2022a). Essa fotografia emblemática correu Moçambique e o mundo, desmoralizando o Governo Moçambicano e seu exército. Nessa foto, como em várias outras, viam-se jihadistas armados com os rostos cobertos por camisetas e gorros militares, mas a maioria trajava camisetas, tênis, calças esportivas, shorts, sandálias, chinelos. Alguns trajavam botas, mas eram todos maltrapilhos, sem fardamento e equipamento militar completo. O armamento, fardas, viaturas e outros equipamentos que possuíam fora conquista ao exército moçambicano.

O Estado Moçambicano ignorou esses ataques até março de 2021, quando os insurgentes realizaram o maior ataque, tendo assaltado a localidade de Palma e Afungi, que fica a 25 km em direção às infraestruturas de exploração de petróleo e gás. Nessa incursão atacaram, destruíram e incendiaram

casas com pessoas dentro, hospitais, escolas, empresas, bancos e outras infraestruturas sociais e turísticas, com destaque para o Hotel Amarula, onde se encontravam trabalhadores estrangeiros, sul-africanos e europeus. Dezenas de cidadãos nacionais e internacionais foram mortos, com destaque para trabalhadores do setor de petróleo e gás que foram emboscados com armas de fogo quando fugiam do Hotel Amarula, para além de 12 cidadãos estrangeiros decapitados (Savana 2022a).

Desde 2017 que os ataques terroristas às populações civis e infraestruturas estatais e privadas resultam em assassinatos de milhares de pessoas, decapitadas, queimadas vivas, mulheres e crianças estupradas, destruição de infraestruturas econômicas e sociais. O ataque às localidades de Palma e Afungi em março de 2021 em direção às infraestruturas de exploração de petróleo e gás, constituiu o “acontecimento”, um marco na periodização do conflito entre antes e depois desse ataque. Ao ameaçarem os “interesses” econômicos do Governo moçambicano e das multinacionais ocidentais, o mundo passou a prestar atenção ao terrorismo em Cabo Delgado. Esse ataque mudou a percepção do Governo e da Comunidade Internacional que passaram a classificar a situação de “terrorismo”. A África do Sul enviou helicópteros para resgatar seus cidadãos, assim como a França. A multinacional francesa *Total Energies*, maior investidor estrangeiro, suspendeu o projeto de exploração de petróleo e gás em Cabo Delgado “por motivo de força-maior”. O ataque a Afungi se revelou um balde de água-fria para o partido Frelimo e à elite político-econômica, que há muito faziam planos com os petro e gaso-dólares oriundos de Cabo Delgado.

Conclusão

O artigo analisou o extremismo religioso violento e o terrorismo em Cabo Delgado. Nas suas explicações, estudiosos apontaram três perspectivas distintas explicativas para o terrorismo. A primeira afirma razões e causas domésticas – a política hegemônica do partido no poder, má governação, violência estrutural estatal, assimetrias regionais, desigualdade, exclusão socioeconômica de grupos etnolinguísticos e religiosos, dos jovens – por detrás do conflito. Essa perspectiva parte de fatores internos, avançando hipóteses socioeconômicas e culturais domésticas para explicar o conflito. A segunda corrente indica causas externas como o jihadismo transnacional do ISIS que se espalhou pela África, processo no qual Moçambique se tornou alvo de grupos extremistas religiosos expulsos dos Estados vizinhos e da região. Essa corrente aponta para questões de segurança regional e nacional, debilidade

de controle de fronteiras, migração ilegal, contrabando e tráfico de drogas, etc. Estados vizinhos da costa Oriental africana como Etiópia, Tanzânia e Quênia teriam feito o seu “trabalho de casa” ao expulsarem grupos religiosos extremistas, que encontraram refúgio e um *eldorado* em Moçambique, um Estado frágil. A última perspectiva argumenta que Moçambique e a província de Cabo Delgado, são vítimas da maldição da abundância de recursos naturais, minerais e energéticos, algo que despertou a cobiça de grandes empresas multinacionais ocidentais e de grupos criminosos internacionais.

Além disso, fez-se uma categorização e tipologia do terrorismo em Moçambique à luz da análise de conflitos. O conflito esteve latente entre 2010 e 2016, até então caracterizado por discursos religiosos radicais, extremistas e sectarismo opondo jovens muçulmanos pobres, desempregados, com pouca escolaridade e oportunidades de formação profissional, que se radicalizaram fora do país e tentavam impor novas regras religiosas ao resto da população no tocante à vestimenta, comércio, uso de álcool, tabaco etc. Do outro lado estava o Estado moçambicano autoritário, negligente e ausente. O conflito tinha motivações e causas religiosas, ideológicas e diferenças acerca da exploração de recursos naturais e minerais. A partir de 2017 o conflito tornou-se manifesto, caracterizado por ataques armados com violência extrema contra populações civis, execuções e decapitações, rapto de mulheres, jovens e crianças, estupros, escravidão sexual, casamentos forçados com menores, queima de casas com ocupantes dentro, utilização de crianças e adolescentes no jihadismo, etc.

Este conflito intraestatal micro desenvolveu-se de forma rápida, impetuosa, violenta e destrutiva, transformando-se em uma guerra armada fratricida, até o momento circunscrita à província de Cabo Delgado. O terrorismo mudou os rumos da política doméstica e externa moçambicanas, levando o Estado a recorrer a CMPs do Grupo Wagner, *Paramount*, DAG, e às tropas de Ruanda e da SAMIM, tornando o conflito intraestatal internacionalizado. A guerrilha do Al-Shabaab revelou-se distinta de fenômenos militares e dos grupos armados anteriores, constituindo a pior crise militar vivenciada por Moçambique desde o final da guerra-civil. A resposta do Governo moçambicano ao conflito foi a militarização de Cabo Delgado, com uma salada de intervenções que inicialmente estabilizou a guerra, mas que vai se revelando ineficaz ao longo dos anos. O conflito ganhou outro engajamento internacional, com a parceria do bloco ocidental – EUA e UE – que tem oferecido treinamento militar e material não-letal às tropas moçambicanas.

Não está claro quem financia os jihadistas, embora parte da renda advinda de atividades criminosas como contrabando de madeira, fauna,

garimpo ilegal, tráfico de drogas, roubos, etc. Nenhuma das partes beligerantes têm condições de vencer o conflito pela via militar. Por conta do conflito, o Governo de Moçambique aproximou-se a regimes como de Ruanda, Uganda, da República Centro Africana e da Rússia, assinando acordos secretos, africanizando o conflito e regionalizando a política externa de Moçambique, antes virada para Estados e parceiros tradicionais ocidentais como os EUA, UE e Japão. O conflito mudou a gramática militar moçambicana, introduzindo novas classificações e terminologias, ao mesmo tempo em que ocorreu uma deterioração das relações civis-militares, caracterizada por extorsões, abusos, cerceamento do direito de ir, violações dos direitos humanos e até mortes de cidadãos nas mãos das FDS.

REFERÊNCIAS

- Bonate, Liazzat. 2022. “Jihadismo transnacional e a insurgência em Cabo-Delgado, Moçambique.” *Afro-Ásia*, n. 65: 519-553.
- (CDD) Centro para Democracia e Desenvolvimento. 2022. Exploração ilegal de recursos minerais e violação de direitos humanos em Cabo-Delgado: estudos de caso de Montepuez e Ancuabe. Maputo.
- (CDD) Centro para Democracia e Desenvolvimento. 2021. Militarização de Cabo-Delgado: 880 militares e 120 polícias do Ruanda + 3000 militares da SADC: e agora, Senhor Presidente, isto não é uma “salada de intervenções”? n. 141, ano 03, 10 jul.: 1-4.
- Chichava, Sérgio. 2020a. “A Frelimo criou o ‘Al Shabaab’? uma análise às eleições de 15 de outubro de 2019 a partir de Cabo-Delgado.” *Cadernos IESE*, n. 18: 1-56.
- Chichava, Sérgio. 2020b. “Os primeiros sinais do Al Shabaab em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe.” *Ideias*, n. 129. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129_SC.pdf.
- Chichava, Sérgio. 2020c. “As Primeiras Caras do ‘Al Shabaab’ em Cabo-Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo.” *Ideias*, n. 134: 1-2.
- Chichava, Sérgio. 2020d. “Ugandeses e Tanzanianos do Al-Shabaab.” In *Desafios para Moçambique*, 2020, organizado por Salvador Forquilha. IESE: 429-439.
- Coloma, Tristan. 2020. “La stratégie économique-sécuritaire russe au Mozambique.” *Notes de l’Ifri*, Ifri, mai: 4-19.
- Donelli, Federico. 2022. “Rwanda’s Military Diplomacy: Kigali’s political use of the military means to increase prestige and influence in Africa and beyond.” *Notes de l’Ifri*, Ifri, April: 1-28.

- Feijó, João. 2021. “Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas.” *Observatório Rural*, n. 109, Abril: 1-33.
- Feijó, João. 2020. *Assimetrias Sociais: pistas para entender o alastramento do jihadismo islâmico em Cabo-Delgado*. Friedrich-Ebert-Stiftung/Gabinete Paz e Segurança Centro de Competência África Subsaariana.
- Forquilha, Salvador e João Pereira. 2020. “Face ao conflito no Norte, o que pode Moçambique, aprender com a sua própria guerra-civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo-Delgado.” In *Desafios para Moçambique*, 2020, organizado por Salvador Forquilha, IESE: 47-55.
- Fukuyama, Francis. 1992. *O fim da História e o último homem*. Tradução Maria Goes. Lisboa: Gradiva.
- González, Yoslán. 2020. “Principais tendências do terrorismo na África rumo a 2025.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, (jan./jun.): 55-86.
- Gurr, Ted. 1993. “Why Minorities Rebel: a global analysis of communal mobilization and Conflict since 1945.” *International Political Science Review*, v. 14, n. 2: 161-201.
- Gurr, Ted. 1985. “Das consequências do conflito violento.” In *Manual do Conflito Político*, 273-334, Tradução de Inéa Fonseca. Parte I, Cap. 2. Brasília: Edmund.
- Gurr, Ted. 1970. *Why Men Rebel*. Princeton University Press.
- Habibe, Saíde; Forquilha, Salvador e João Pereira. 2019. “Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa de Praia.” *Cadernos IESE*, n. 17: 1-62.
- Huntington, Samuel. 1997. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução de M.H. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva.
- International Crisis Group. 2022. “Winning Peace in Mozambique’s Embattled North.” *Crisis Group Africa Briefing*, n. 178: 1-16.
- International Crisis Group. 2021. “Conter a Insurreição em Cabo-Delgado, Moçambique.” *Relatório África*, n. 33, International Crisis Group Press.
- Jeong, Ho-Won. 2008. *Understanding Conflict and Conflict Analysis*. SAGE Publications Ltd.
- Kaldor, Mary. 2013. “In Defence of New Wars.” *Stability*, v. 1, n. 2:1-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>.
- Kaldor, Mary. 2012. *New & Old Wars: Organised violence in a global era*. 3^{ff} ed. Cambridge.
- Le Monde. 2022. Rwanda: “Le choix de la diplomacie militaire.” *Le Monde*, Géopolitique, Dimanche 3-Lundi 4 avr: 22-24.

- Macalane, Geraldo e Jafar(Coords.). 2021. *Ataques Terroristas em Cabo-Delgado (2017-2020): as causas do fenômeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Universidade Rovuma: Pemba.
- Mourier-Genoud, Eric. 2021. “A Insurgência Jihadi em Moçambique: origens, natureza e início.” *Cadernos IESE*, n. 21: 1-157.
- Ohana, Yael (Ed.). 2012. *T-KIT: Youth transforming conflict*. Strasbourg: Council of Europe and European Commission.
- Napoleoni, Loretta. 2015. *A Fênix Islamita: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Tradução de Milton de Almeida. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nhantumbo, Armando. 2023a. “‘Perdemos esperança’: três anos depois do desaparecimento de Ibraimo Mbaruco, família suspeita que o repórter tenha sido executado.” *Savana*, Maputo, Ano XXX, n. 1528, 21 abr. 2023, Tema da Semana, p. 2-3.
- Nhantumbo, Armando. 2023b. “O preço das atrocidades com mão do Estado em Cabo-Delgado: violência das FDS afastou população para os ruandeses.” “Se os ruandeses saírem de Palma e Mocímboa da Praia, nós também não vamos ficar.” *Savana*, Maputo, Ano XXX, n.1529, 28 abril de 2023. No Centro do Furacão, p: 12-13.
- Rogeiro, Nuno. 2020. *O Cabo do Medo: o Daesh em Moçambique (Junho 2019-2020)*. 1.ª ed. Alfragide: Dom Quixote.
- Santos, Boaventura. 2012. “Moçambique: a maldição da abundância?” *Visão*, 26 julho de 2012, Radar Ensaio, p.24.
- Savana. 2022a. “Jihadistas atacam mais distritos de Cabo-Delgado: inferno mais a sul.” *Savana*, Ano XXIX, n. 1484, 17 de junho de 2022. Manchete, Tema da Semana, p: 2-3.
- Savana. 2022b. “Exploração de gás natural: Presidente tanzaniana quer superar Moçambique.” *Savana*, Maputo, Ano XXIX, n. 1484, 17 jun. 2022. Última, p. 28.
- Sitoe, Rufino. 2022. “Extremismo, Radicalismo e Radicalização: uma distinção necessária no debate sobre o Terrorismo.” *Agora*, v.24, n.2: 3-19, julho dezembro, <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>, DOI: 10.17058/agora.v24i2.17679.
- Sitoe, Rufino. 2020. *Terrorismo em África: a presença da ameaça em Moçambique*. Maputo: TPC Editora.
- Sönmez, Göktü , and Enes Arslan. 2021. “Terrorism in Mozambique: Ansar al-Sunna and international actors.” *Analysis*, n. 286: 3-28, June.
- (PNUD) United Nations Development Programme. 2023a. *Journey to Extremism in Africa: pathways to recruitment and disengagement*. New York: UNDP. <https://journey-to-extremism.undp.org/enter>.
- (PNUD) United Nations Development Programme. 2023b. *Journey to Extremism in Africa: drivers, incentives and the tipping point for recruitment*. New York: UNDP. <https://journey-to-extremism.undp.org/enter>.
- Weimer, Bernhard. 2020. “Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique: reflexões sobre manifestações violentas de descontentamento local e suas implicações para a construção da paz.” *Cadernos IESE*, n. 19: 1-96.

RESUMO

O artigo analisou o terrorismo na Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Objetivou compreender o conflito, examinar os processos de radicalização de jovens e, verificar as causas a partir de tipologias e categorias de análise. Usou a metodologia qualitativa, combinada com a revisão bibliográfica e pesquisa documental. Mobilizou teorias do conflito: choque de civilizações de Huntington, privação relativa de Ted Gurr e novas guerras de Mary Kaldor. Por que razão Moçambique se tornou o mais novo epicentro do extremismo religioso violento e do terrorismo na África Subsaariana? Três tipos de perspectivas – doméstica, internacional e a maldição de recursos – explicam as causas do conflito. Ao lado de questões religiosas, a disputa por recursos naturais e minerais constituem razões do conflito, que mudou a política doméstica e externa do país, aproximando o Governo de regimes autoritários e ditatoriais de África e da Europa. Diante da ineficácia das forças de defesa e segurança nacionais, o Estado internacionalizou o conflito autorizando a entrada de corporações militares privadas e exércitos estrangeiros, militarizando e criando uma salada de intervenções no país.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique. Violência extremista. Terrorismo.

*Recebido em 16 de agosto de 2024
Aceito em 07 de outubro de 2024⁶*

6 Como citar: Langa, Ercilio Neves Brandão. 2024. “Moçambique: o extremismo violento e o terrorismo na Província de Cabo Delgado”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 95-123, <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141971>.